

Planejamento Anual
de Atividades
2022



ibase

INSTITUTO BRASILEIRO
DE ANÁLISES SOCIAIS
E ECONÔMICAS

Maio, 2022

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)

Avenida Presidente Vargas, 446/13º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: 55 21 3082-3555 E-mail: secretariageral@ibase.br

Acesse o nosso Portal em www.ibase.br

Conselho de Governança

Wânia Sant'Anna – presidenta

Rosana Heringer – vice-presidenta

Veriano Terto Júnior – 1º secretário

Nathalie Beghin – 2ª secretária

Rafael dos Santos – 1º secretário

Conselho Fiscal

Carlos Afonso

Débora Santana de Oliveira

Isabel Tostes

Athayde Motta

Diretor Executivo

Rita Brandão

Diretora Adjunta

Assessoria da Direção

Sandra Plaisant Jouan

Secretaria Geral

Iris Patricia Caridade

Comunicação

Iracema Dantas

Administração e Finanças

Antônia Rodrigues

Marcelo Braconnot

Raimundo Dumas

Rodrigo Soares

Equipes de Projetos

Bianca Arruda

Luiz Henrique Souza Pereira

Manuela Amaral

Robson de Aguiar

Associados(as) Fundadores(as)

Carlos Afonso

Cosme Alves Ferreira Netto

Francisco Mario Figueiredo de Souza

Herbet José de Souza

Luiz Gonzaga de Sousa Lima

Marcos Penna Sattamini de Arruda

Maria Nakano

Nívea Maria Pereira Souza

Rubem César Fernandes

Associados(as) Efetivos(as)

Adhemar Mineiro

Agostinho Guerreiro

Alan Brum Pinheiro

Ana Lagôa

Benilda Brito

Cândido Grzybowski

Carlos Afonso

Claudius Ceccon

Cleonice Dias de Almeida

Débora Santana de Oliveira

Dulce Pandolfi

Enéias da Rosa

Eugênia Motta

Fátima Mello

Fransérgio Goulart de Oliveira
Silva

Graciela Rodriguez

Gustavo Barreto

Henrique Silveira

Iara Amora dos Santos

Isabel Tostes

Ivo Lesbaupin

Janaína Oliveira

João Guerra de Castro Monteiro

Joba Alves

Jorge Eduardo Saavedra Durão

Jorge Osvaldo Romano

Lúcia Xavier

Luciene Lacerda

Luzmere Maria Demoner

Manoel Lapa e Silva

Marcos Otávio Bezerra

Maria Betânia Ávila

Maria de Fátima Moreira de
Souza

Maria Edileuza Matias Soares

Mario Chizuo Osawa

Mário Theodoro

Melisandra Trentin

Mônica Alkimim

Nádia Rebouças

Nathalie Beghin

Nelson Giordano Delgado

Paulo Lugon Arantes

Rafael dos Santos

Rafael dos Santos Silva

Rafael Soares de Oliveira

Regina Célia Domingues

Regina Novaes

Roberto Borges

Rosana Heringer

Sebastião Carlos dos Santos

Sebastião José Martins Soares

Sérgio Ferreira

Sergio Pereira Leite

Simone Santos Silva Oliveira

Sônia Carvalho

Veriano Tertó Júnior

Wânia Sant'Anna

Associados(as) Beneméritos(as)

Agop Kayayan
Alberto Ercílio Broch
André Spitz
Ari Roitman
Aristides Junqueira Alvarenga
Beatriz Bissio
Carla Rodrigues
Carlos Frederico Loureiro
Carlos Henrique Rodrigues Alves
(Painel)
Carlos Plastino
Celso Japiassu
Celso Simões Bredariol
Danilo Ferreira de Souza
Dom Mauro Morelli
Eduardo Tavares Homem
Emerson Kapaz
Emir Sader
Ervino Schmidt
Francisco de Assis Pinheiro
Francisco Whitaker Ferreira
Giampiero Rasimelli
Henri Acselrad
Isabel Cristina de Moura Carvalho
Ivan Daibert
Jacira Melo
Jaime Patalano
Jane Galvão
Jane Souto de Oliveira
Joel Zito Araújo

José Márcio Camargo
José Roberto Novaes
José Sergio Leite Lopes
Jurandir Freire Costa
Leilah Landim
Lia Blower
Lúcia Ribeiro de Oliveira
Luiz Carlos Prado
Luiz Mário Behnken
Lygia Baptista Pereira Segala
Pauletto
Maitê Proença
Marcello Lavenére Machado
Maria Conceição D'Incao
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Miguel Serpa Pereira
Moacir Palmeira
Muniz Sodré
Neuri Rossetto
Nivia Maria P. de Souza
Paulo Betti
Paulo Márcio de Mello
Pedro Celestino da Silva Pereira
Filho
Pedro Jorge Bezerra Ferreira Lima
Pedro Luiz Dalcero
Ricardo Rezende
Rosilene Alvim
Rousseau Leão Castello Filho
Rubem César Fernandes
Sérgio Pizzo

Silvia Camurça

Silvio Schneider (Pr.)

Sueli Caldas

Tadao Takahashi

Tainá da Silva Gamelheiro Soares

Taís Ladeira

Tobias Tomines Faria

Vanilda Paiva

Wanda Engel

Zilda Junqueira

Sumário

I. O Ibase

1. Visão e motivação
2. Objetivos estratégicos

II. Desenho programático

1. Produção de conhecimento, fortalecimento e qualificação de lutas políticas
2. Organização territorial e fortalecimento do tecido associativo local
3. Diálogos estratégicos e debate público
4. Participação qualificada em redes, fóruns, coletivos, coalizões e articulações

III. Atividades planejadas para 2021

1. Projeto Empoderamento legal: direito ao acesso à justiça para a promoção social
2. Projeto Pesquisa aplicada e *advocacy* para garantir medidas de redistribuição de impostos e *royalties* de mineração
3. Projeto Núcleos de Integração Comunitária
4. Projeto Grupo de Reflexão Estratégica e Abong
5. Utilizando pagamentos mandatórios das indústrias extrativas para governos na promoção da participação, da transparência e da prestação de contas
6. Análise estatística de dados para a construção de plataforma aberta e gratuita sobre a questão racial no Brasil
7. Apoio ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

IV. Atividades institucionais estruturantes

1. Diretoria
2. Secretaria Geral
3. Administração e Finanças
4. Comunicação Institucional
5. Redes, fóruns, coletivos, coalizões e articulações

V. Fontes de financiamento

I. O Ibase

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) é uma organização sem fins lucrativos fundada, em 1981, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, em conjunto com Marcos Arruda e Carlos Afonso, parceiros de exílio, com os objetivos de fortalecer a sociedade civil e lutar pela consolidação da democracia no Brasil.

O campo prioritário de atuação do Ibase é a sociedade civil. Sua ação de incidência político-cultural visa ao fortalecimento dos sujeitos coletivos democráticos, suas redes e seus fóruns por meio da produção de argumentos qualificadores da luta política e do assessoramento na efetivação, na defesa e na ampliação de direitos e de espaços democráticos de participação cidadã. A manutenção da autonomia institucional é condição indispensável para que o Ibase permaneça sendo um ator civil voltado para o interesse público.

Diante do contexto e dos desafios imediatos e de longo prazo, o Ibase atualiza suas opções estratégicas como organização de cidadania ativa, antirracista, que defende a integralidade dos direitos humanos. Trata-se de um engajamento pela ampliação da democracia como estratégia e método de ação que articula as lutas cidadãs pela superação de todas as formas de desigualdades.

Visão e motivação

- Guiar-se por princípios e valores éticos da democracia, do antirracismo e contra todas as formas de discriminação e opressão.
- Engajar-se pela igualdade, pela ampliação de direitos e pela emancipação social de todas e de todos.
- Promover a justiça socioambiental, o cuidado com os bens comuns e a sustentabilidade da vida e do planeta.

Objetivos estratégicos

- Apoiar a cidadania ativa em suas ações de incidência político-cultural, com vistas ao fortalecimento do tecido associativo, da diversidade de sujeitos coletivos, consolidando ações antirracistas e pela igualdade de gênero, a luta LGBTTTQIA+, os movimentos de favelas e periferias e a participação cidadã.
- Afirmar a cultura da democracia e dos direitos de cidadania entendidos como os direitos humanos em sua integralidade e indivisibilidade, por meio da superação das desigualdades.
- Fortalecer o debate público em defesa dos direitos humanos e da democracia com o apoio às ações da diversidade dos sujeitos coletivos.

II. Desenho programático

Para o Ibase, a luta pela democracia envolve resistência e proposição. Uma ação efetiva para a defesa da democracia e a ampliação dos direitos de cidadania implica estarmos conectados aos movimentos, às organizações e aos conflitos nos locais de vida e trabalho onde o Ibase faz a opção estratégica de desenvolver seus projetos e de fortalecer a cidadania ativa por meio da produção qualificada e participativa de dados, indicadores e pesquisas. Implica também realizar ações de comunicação estratégicas que possam incidir e influenciar o debate público.

O Ibase sempre fez parcerias com um amplo leque de organizações da sociedade civil. Desde organizações de base em pequenas cidades a grandes redes e movimentos nacionais e internacionais. Os diálogos variam de grupos de moradores de favelas, comunidades e assentamentos rurais, coletivos de juventudes, organizações feministas, organizações de mulheres, de mulheres negras e do movimento negro até movimentos internacionais de direitos humanos, de cidadania planetária, além de participar organicamente em comitês, redes e articulações diversas também em diferentes escalas.

Para uma organização de cidadania ativa que luta pela mais substantiva democracia na construção não somente de outro país, mas de novos paradigmas civilizatórios, estas são escolhas estratégicas de engajamento institucional que se organizam a partir de quatro eixos componentes: 1) produção de conhecimento para o fortalecimento e a qualificação de lutas políticas; 2) organização territorial e fortalecimento do tecido associativo local; 3) produção de diálogos estratégicos e debates públicos; 4) participação qualificada em redes, fóruns, coletivos, coalisões e articulações. Nossas ações estratégicas estão referenciadas nesses quatro eixos componentes. Cada um ou combinações entre eles constituem a referência necessária em qualquer projeto ou ação desenvolvida.

1. Produção de conhecimento, fortalecimento e qualificação de lutas políticas

Produção de conhecimento e realização de estudos e pesquisas, incluindo o uso de metodologias criadas pelo próprio Ibase (Indicadores de Cidadania – Incid etc.), a partir dos territórios e em diálogo com a cidadania ativa local. Visa à produção de pesquisas e estudos da instituição acerca das temáticas da democracia, dos direitos humanos, das desigualdades em cidades e territórios, tornando-se fonte de informação, de formação e qualificação para a ação política nos territórios em que o Ibase atua, para as organizações da sociedade civil (OSCs), universidades, governos e outros. Visa também a aliar a ação nos territórios no âmbito local com as diferentes iniciativas conduzidas pelo Ibase e os movimentos que a instituição dialoga em diferentes escalas.

2. Organização territorial e fortalecimento do tecido associativo local

Reforça a estratégia de presença do Ibase nos territórios com o fortalecimento do tecido associativo local e o estímulo aos processos de articulação e organização comunitária, incluindo o uso de



metodologias próprias criadas pelo Ibase (Desenvolvimento Local etc.), visando à constituição e ao fortalecimento de fóruns, redes e coletivos e estimulando processos que promovam a luta política e a participação social em diferentes âmbitos.

3. Diálogos estratégicos e debate público

Trata da contribuição institucional ao debate no espaço público por meio da disputa de estratégias e ideias em mensagens e ações de comunicação e incidência, com a promoção de conhecimentos e argumentos produzidos pelo Ibase, pelos territórios, por organizações da sociedade civil e por redes e fóruns, utilizando diferentes ferramentas – análise de conjuntura, debates públicos, redes sociais, notas, artigos, cartas, campanhas, entre outras, favorecendo a incidência pública.

Historicamente, a comunicação tem sido um campo de atuação estratégico e um instrumento de mobilização poderoso para o Ibase, conferindo à instituição um grande poder de convocação (na sociedade civil) e de influência (na agenda pública). Para o Ibase, é fundamental que a promoção de debates estratégicos e a inserção no debate público reflitam ações institucionais ou feitas em parceria com outras organizações do campo democrático.

4. Participação qualificada em redes, fóruns, coletivos, coalisões e articulações

Visa à participação do Ibase no campo das organizações de cidadania ativa e de movimentos da sociedade civil e suas articulações políticas, por meio da contribuição qualificada organizada em torno de agendas estratégicas ou prioritárias para o Ibase nos âmbitos nacional e internacional.

III . Atividades planejadas para 2022

1. Projeto Empoderamento legal: direito ao acesso à justiça para a promoção social

Objetivo geral

Impulsionar a participação cidadã, a incidência política e o empoderamento legal de militantes, ativistas e movimentos de territórios, favelas e periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

Objetivos específicos

- Envolver representantes da sociedade civil dos territórios selecionados em um amplo processo de pesquisa-ação, produção de dados e indicadores sobre suas condições de vida e sobre a efetivação ou as violações de seus direitos humanos (entendidos como direitos de cidadania).
- Realizar, com base nos dados levantados e nos indicadores produzidos, um processo educativo/formativo de apropriação e consciência dos direitos/violações vividos, do direito à participação cidadã e do empoderamento legal que impulse e amplie o ativismo cidadão e a busca pela efetivação de direitos.
- Construir capacidades que qualifiquem e organizem a participação cidadã com o entendimento e a apropriação das ferramentas e dos mecanismos jurídicos impulsionadores do acesso à justiça e da defesa de direitos individuais e coletivos.
- Aproximar grandes OSCs de direitos humanos, redes de promoção e proteção dos direitos humanos brasileiras e internacionais e setores do judiciário brasileiro dos territórios pesquisados para a realização de trabalho em parceria para apoio e defesa de defensores e defensoras de direitos humanos, encaminhamento e promoção do acesso à justiça.

Público: Complexo do Borel, município do Rio de Janeiro, bairro de Jardim Gramacho, município de Duque de Caxias, e Complexo de favelas do Alemão, município do Rio de Janeiro.

Ações previstas para 2022

Eixo 1: Pesquisa acerca da efetividade dos direitos humanos

- Término da construção dos indicadores das dimensões da cidadania medida e garantida, com destaque para a realização de pedidos de informações com base na Lei de Acesso à Informação, o que já é um exercício dos territórios para fazer valer direitos.
- Campanha de autocadastramento no Banco de Dados de Espaços e Ações Cidadãs (BDEAC).
- Realização da pesquisa da dimensão da cidadania percebida (pesquisa de fluxo, por amostragem representativa, para a construção de dados dessa dimensão de análise).
- Construção de indicadores da dimensão da cidadania ativa.

Eixo 2: Diálogos participativos: efetividade e violações de direitos humanos, construção de capacidades e de estratégias de ação

- Definição conjunta dos indicadores de cidadania que irão compor o sistema de indicadores dos territórios.
- Discussão sobre resultado da pesquisa, estudo e apropriação dos dados pelas equipes de trabalho.
- Consolidação de diagnóstico dos territórios com base nos dados levantados na pesquisa.
- Organização e realização de rodas de diálogo para a discussão dos indicadores de cidadania.
- Encontros ampliados nos territórios para a discussão e apropriação da pesquisa.
- Encontros no território para construção de agenda de incidência.
- Participação em reuniões, encontros e eventos externos ao território identificados como estratégicos para o fortalecimento das ações de cada comunidade e para a divulgação dos dados das pesquisas.

Eixo 3: Construção de capacidades: direitos humanos, participação cidadã e acesso à justiça

- Encontros de formação para rodas de diálogos.
- Encontros de formação sobre análise e sistematização de dados e construção de indicadores sociais.
- Encontros ampliados nos territórios de empoderamento legal.
- Encontros ampliados nos territórios de formação – bases conceituais e legais dos direitos humanos, participação social e direito à cidade.

Eixo 4: Diálogos estratégicos, ampliação e fortalecimento das capacidades técnicas e políticas das ações do projeto

- Contato e reuniões sistemáticas com parlamentares que possuem pautas relativas aos direitos humanos.
- Encontro com o grupo de referência técnico e científico (GRTC) para planejamento dos encontros de empoderamento legal.
- Encontro com o GRTC para discussão das demandas dos territórios e estratégias de ação.
- Contato e reuniões com setores do judiciário, como Defensoria Pública, Ministério Público, defensorias, promotorias e comissões de direitos humanos e demais órgãos.
- Participação em reuniões, encontros e eventos externos ao território identificados como estratégicos para o fortalecimento das ações de cada comunidade e para a divulgação dos dados das pesquisas.

2. Projeto Pesquisa aplicada e *advocacy* para garantir medidas de redistribuição de

impostos e *royalties* de mineração

Objetivo geral

A cidadania ativa se torna mais presente no debate público sobre o extrativismo e se fortalece para cobrar leis e ações de redução de riscos e mitigação de impactos nos territórios, buscar opções mais sustentáveis e exigir mais transparência e responsabilidade social das empresas.

Objetivos específicos

- A partir dos casos, análises críticas da governança pública sobre o extrativismo se tornam subsídios para formação, organização, resistência e ampla divulgação, tanto nas localidades dos empreendimentos como para outros grupos atingidos e as organizações que os apoiam.
- Movimentos e organizações dos territórios se engajam na avaliação dos impactos e no controle social da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), tanto na cobrança por transparência como na efetividade de seu uso pelas municipalidades.
- Alianças estratégicas relacionadas ao extrativismo entre organizações e movimentos regionais e nacionais ampliadas e fortalecidas.
- O debate sobre a transparência e a responsabilidade social das empresas extrativas.
Público: grupos locais dos territórios impactados, movimentos regionais e nacionais, organizações de cidadania ativa.

Ações previstas para 2022

Nos últimos três anos, o Ibase tem trabalhado, principalmente, com o impacto das indústrias extrativas em comunidades residentes no entorno de projetos minerários e com o controle social sobre impostos (Cfem) e fluxos financeiros de grandes empresas de mineração. Em 2022, essas atividades deverão continuar, com ênfase nos impactos dos projetos minerários nas comunidades e a capacidade destas de estabelecer diálogos com autoridades públicas e empresas de mineração. O Ibase deverá utilizar a metodologia Incid para capturar a percepção das comunidades impactadas por projetos minerários sobre a garantia e/ou violação de seus direitos. O Ibase deverá trabalhar em parceria com comunidades locais e com movimentos de defesa dos interesses de populações impactadas.

Outra frente de trabalho é a discussão sobre transição energética, suas imbricações com os minerais que compõem a atual matriz energética brasileira e a exploração de novos minérios que podem sugerir modelos de desenvolvimento alternativos aos modelos tradicionais vigentes. O foco do Ibase é analisar como a cidadania ativa poderá participar desse debate e quais propostas já estão sendo discutidas para reverter os impactos da mineração e propor nova matriz energética renovável que não produza impactos negativos sobre as populações locais e sobre os recursos

naturais.

O Ibase também deverá dar seguimento às articulações internacionais em torno do tema indústrias extrativas por meio de sua participação na Rede Latino-Americana de Indústrias Extrativas (RLIE), no Publish What You Pay e em outras articulações que debatem o impacto das indústrias extrativas na transição energética e nas mudanças climáticas.

3. Projeto Núcleos de Integração Comunitária

Objetivo geral

Implantar o Projeto Núcleos de Integração Comunitária nas comunidades definidas por Furnas, localizadas em áreas de entorno dos empreendimentos da Subestação de Angra dos Reis e da Usina Hidrelétrica de Funil, no Rio de Janeiro (RJ), da Subestação de Foz do Iguaçu, no Paraná (PR), da Subestação de Mogi das Cruzes, em São Paulo (SP), e da Usina Hidrelétrica Marechal Mascarenhas de Moraes, em Minas Gerais (MG), objetivando impulsionar o desenvolvimento local de base comunitária focado nas potencialidades e nas características locais.

Objetivos específicos

- Construir diagnósticos sociais participativos nas áreas definidas por Furnas, localizadas em áreas próximas aos empreendimentos da Subestação de Angra dos Reis (RJ), da Usina Hidrelétrica de Funil (RJ), da Subestação de Foz do Iguaçu (PR), da Subestação de Mogi das Cruzes (SP) e da Usina Hidrelétrica Marechal Mascarenhas de Moraes (MG).
- Contribuir para o fortalecimento do tecido associativo, assessorando a formação dos fóruns comunitários, de forma que os moradores(as) se reconheçam como sujeitos de direitos e transformação.
- Construir, de forma participativa, os planos de ação de desenvolvimento comunitário nos cinco territórios.
- Identificar e monitorar o processo de implantação e desenvolvimento dos projetos de referência nos cinco territórios.
- Utilizar um conjunto de indicadores do Projeto Núcleos de Integração Comunitária no sistema de monitoramento e avaliação.

Público: comunidades situadas no entorno dos empreendimentos da Subestação de Angra dos Reis (RJ), da Usina Hidrelétrica de Funil (RJ), da Subestação de Foz do Iguaçu (PR), da Subestação de Mogi das Cruzes (SP) e da Usina Hidrelétrica Marechal Mascarenhas de Moraes (MG).

Ações previstas para 2022

- Articular com parceiros específicos que tenham *expertise* técnica para a realização dos projetos básico e executivo relativos aos projetos de referência escolhidos pelos cinco territórios, a fim de subsidiar o processo licitatório a ser realizado por Furnas para construção das edificações.
- Realização de reuniões e encontros para o assessoramento aos fóruns comunitários. Os encontros e diálogos contínuos com atores estratégicos no decorrer do desenvolvimento do projeto objetivam auxiliar a execução das atividades contidas nos planos de ação e na implementação dos projetos de referência, definindo estratégias para cada situação que se apresente.
- Elaboração do Monitoramento & Avaliação Marco Final com utilização dos questionários de indicadores aplicados e avaliações das agentes locais em cada um dos cinco territórios.
- Elaboração do relatório final do Projeto Núcleos de Integração Comunitária contendo as atividades realizadas e uma avaliação do processo de implantação dos núcleos em cada território.

4. Projeto Grupo de Reflexão Estratégica (GRE) e Associação Brasileira de ONGs (Abong)

Objetivo geral

Estimular debates estratégicos (produção de textos e reflexões coletivas) que estimulem a discussão sobre novos paradigmas de desenvolvimento e sobre os desafios para processos de transição que nos tirem do atual modelo de desenvolvimento capitalista concentrador de riquezas, excludente da classe trabalhadora (especialmente mulheres, populações negras, povos indígenas, LGBTTTQI+ e populações tradicionais) e destruidor dos recursos naturais.

Objetivos específicos

- Promoção de debates temáticos, e em áreas específicas, sobre quais novos paradigmas são necessários para que o Brasil e o mundo alcancem a igualdade e a justiça social.
- Publicação de textos sobre o tema dos novos paradigmas.
- Criação e manutenção de uma plataforma eletrônica de estímulo ao debate sobre novos paradigmas e processos de transição.

Público: pesquisadores(as), lideranças de OSCs e movimentos sociais, notadamente mulheres, populações negras, povos indígenas, LGBTTTQI+ e populações tradicionais.

Ações previstas para 2022

- Elaboração de um documento para o GRE com a perspectiva de grupos marginalizados sobre o debate dos novos paradigmas e a realização de algumas reuniões presenciais.
- Publicação de textos e debates mensais.

- Divulgação da plataforma nos boletins e nas redes sociais do Ibase.
- Convidar novas organizações para integrar a plataforma.
- Realização de um encontro virtual ou presencial em parceria com Abong e Instituto de Estudos da Religião (Iser) Assessoria.
- Animação da plataforma *online* de debates.

5. Estratégia digital

Objetivo geral

Consolidar a presença *on-line* e expandir o alcance das mídias sociais do Ibase por meio de estratégia digital capaz de otimizar o uso de recursos e as possibilidades oferecidas pelos meios digitais, especialmente as relacionadas à inovação e ao acesso para as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais de base.

Objetivos específicos

- Planejar a presença digital do Ibase a partir de estratégias de comunicação holística que otimizem o alcance e a visibilidade das principais ferramentas do Ibase (*site* e perfis em mídias sociais).
- Inovar no uso de ferramentas gráficas (infográficos, publicações digitais), áudio (*podcasts*) e vídeos em meios digitais com OSCs e movimentos sociais parceiros do Ibase.
- Implementar plataforma de captação de recursos e integrá-la à estratégia digital geral do Ibase.

Público: OSCs e movimentos sociais, organizações de base, pessoas e organizações que acompanham o trabalho do Ibase, potenciais doadores.

Atividades de rotina

- Atualização, gerenciamento e monitoramento das redes sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn e Twitter) e do *site* do Ibase (inclusão das publicações em PDF que ainda não estão na biblioteca e divulgação desse acervo em postagens periódicas).
- Monitoramento e avaliação dos anúncios veiculados através do benefício Google Ads (GAds).
- Envio de *newsletter* mensal.
- Acompanhamento das necessidades das estratégias de comunicação dos projetos em curso.

Atividades estratégicas

- Campanha de lançamento dos *e-books* do Projeto Cidadania ativa e acesso à justiça (CAAJ)/Universidade de York.
- Campanha de “Valorização da vida”.
- Pesquisa de parcerias para criação/veiculação de *podcasts* com temas de interesse do Ibase
- Aumentar o relacionamento do Ibase com organizações parceiras por meio de estratégias de comunicação que fortaleçam nosso campo de atuação.
- Monitoramento e avaliação das estratégias digitais do Ibase.

Ações previstas para 2022

- Campanha de ajuda humanitária com participação de redes de doadores.
- Apoio nas ações de comunicação do Rio +30/Cúpula dos Povos.
- Apoio nas ações de comunicação da Conferência Popular pelo Direito à Cidade 2022.
- Fortalecimento da presença digital dos projetos do Ibase (garantir que todos os projetos tenham alguma presença digital ao longo de 2022).

6. Análise estatística de dados para a construção de plataforma aberta e gratuita sobre a questão racial no Brasil – Projeto Associado

Objetivo geral

Constituição de uma plataforma aberta, gratuita e amigável que traga dados estatísticos oficiais sobre desigualdades raciais para uso de todos os públicos – desde estudantes do ensino médio, universitários(as), movimentos sociais, jornalistas, pesquisadores(as), gestores(as) públicos e população em geral – permitindo o acesso a dados tabulados, processados e visualizados, disponibilizando um sistema de cruzamento de variáveis com cor/raça e gênero conforme o interesse do usuário. Espera-se com isso dar visibilidade às evidências produzidas por dados estatísticos oficiais e qualificar o debate sobre as desigualdades raciais existentes no país.

Objetivos específicos

- Realizar análises de consistência estatística a fim de determinar coeficientes de variação (incerteza estatística) para cruzamentos de dados de cor/raça com outras características contidas no questionário de amostra do Censo 2010 e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) contínuas de 2012 a 2019, incluindo, na medida do possível, análises de série histórica nos Censos Escolares da Educação Básica e nos da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) do Ministério da Educação (MEC).
- Automatizar, através de programação computacional, os procedimentos de análise para

disponibilizar, em plataforma aberta, a possibilidade de cruzamento de dados das respectivas fontes.

- Estruturação da plataforma propriamente dita (construção do *software* para a disponibilização dos dados), realização de sua gestão e suporte aos usuários.
- Constituição do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra).

Público: movimentos sociais, lideranças de OSCs e de movimentos sociais, notadamente mulheres, jovens, populações negras e populações tradicionais.

Ações previstas para 2022

As próximas etapas envolverão a análise de outras bases de dados e a construção da plataforma aberta propriamente dita. Foram planejadas, para o ano de 2022, três atividades principais:

1. Inventariar as fontes de dados e os registros administrativos em educação que contemplem informações sobre cor/raça e sexo para sua incorporação ao banco de dados deste projeto, tais como Censo Escolar e Censo da Educação Superior.
2. Realizar análises de consistência dessas informações e sua automatização para definir os recortes temporal e territorial compatíveis com os dados do Censo 2010 e da PNAD contínua de 2012 a 2019.
3. Elaboração de *software* para a interface com usuários contendo visualização de dados, produção e disponibilização de tabelas mais relevantes sobre a questão racial, obtidas a partir do cruzamento de variáveis do Censo 2010-amostra e PNADs contínuas de 2012 2019 e do cruzamento de variáveis de bancos de dados educacionais para inserção na plataforma.
4. Gestão da produção da plataforma, dos bancos de dados e sua disponibilização e suporte aos usuários.
5. Elaboração de plano de comunicação e divulgação da plataforma com parceiros, usuários e sociedade em geral.
6. Realização do processo de legalização do Cedra.

7. Apoio ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração

Objetivo geral

Ampliar o debate público e garantir que a sociedade civil, bem como a opinião pública, sejam informadas e mobilizadas sobre os impactos da mineração com vistas a reduzir suas consequências negativas sociais, trabalhistas, ambientais e econômicas.

Objetivos específicos

- Avaliar a situação econômica internacional do setor da mineração.
- Influenciar significativamente a conjuntura nacional brasileira.

Público: comunidades, movimentos de base, indígenas, pesquisadores(as), ONGs e pastorais sociais.

Ações previstas para 2022

O Ibase deverá continuar sua participação na coordenação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração e a articular os projetos em que atua para que possam dialogar com as estratégias e ações do comitê. Atualmente, o Ibase é um dos agentes fiscais do comitê.

IV. Atividades institucionais estruturantes

O desenvolvimento institucional é realizado pela Direção do Ibase e conta com o apoio da Secretaria Geral, da Administração e Finanças e da Comunicação Institucional. Visa a garantir as condições institucionais para a realização da missão do Ibase e de seu fortalecimento como organização de cidadania ativa, respeitando os princípios éticos e democráticos da transparência, da participação, das relações institucionais e da política organizacional e financeira.

1. Direção

Atividades permanentes

- Planejamento programático e estratégico.
- Gestão institucional de fluxos e processos.
- Captação de recursos.
- Coordenação geral e organização das equipes de Pesquisa e Projetos, Comunicação, Secretaria Geral e Administração e Finanças.
- Coordenação programática, monitoramento, avaliação (PMA).
- Produção, supervisão e aprovação de relatórios técnicos narrativos e financeiros.
- Relacionamento com Conselho Curador, Conselho Fiscal e com associados(as) do Ibase.
- Relações institucionais.
- Relações externas, representação e articulação.

2. Secretaria Geral

Atividades permanentes

- Suporte no gerenciamento de informações, interligando o trabalho entre as equipes (Direção, Comunicação e Pesquisa).
- Acompanhamento dos convênios/contratos com as(os) coordenadoras(es) dos projetos para o cumprimento de prazos de envio de relatórios narrativos e financeiros e da documentação exigida.
- Facilitação na organização das atividades dos projetos no conjunto da instituição, assim como na organização e divulgação interna da agenda institucional a partir das informações enviadas pelas equipes.
- Facilitação na comunicação entre Direção e conselhos Curador e Fiscal nas agendas de

reuniões de conselhos e assembleias de associadas(os), respeitando a orientação estatutária.

- Assessoramento à Direção em viagens, agendas e articulações institucionais.
- Facilitação e organização do Plano Anual e do Relatório de Atividades, elaborados de acordo com os parâmetros e os prazos estipulados pelos financiadores/patrocinadores.

3. Administração e Finanças

Atividades permanentes

- Suporte à estrutura organizativa nos aspectos legais e fiscais.
- Suporte aos programas e projetos institucionais e à gestão de pessoas.
- Gestão financeira e contábil, condições de infraestrutura e logística.
- Acompanhamento de auditorias externas.
- Manutenção cotidiana de certificações, certidões e tributos.

4. Comunicação Institucional

A área de comunicação trabalha acompanhando a conjuntura e os fatos de maior repercussão no cotidiano, especialmente, aqueles que têm relação com as atividades e os projetos desenvolvidos pelo Ibase. Para tal, monitora órgãos da grande imprensa, da imprensa alternativa e a comunicação das OSCs e dos movimentos sociais que atuam na defesa de direitos. Tais iniciativas são sugeridas pela área de Comunicação à Direção e podem envolver atividades e projetos desenvolvidos pelo Ibase.

Atividades permanentes

Rotina

- Elaboração de planos de comunicação para projetos.
- Atualização de áreas fixas do *site* do Ibase, tornando o portal compatível com a realidade da instituição e com maior dinamicidade de informações.
- Elaboração de notas e reportagens sobre temas e atividades relacionados ao Ibase, disponibilizadas no *site* da instituição.
- Diagramação de *cards* e convites eletrônicos para a divulgação de eventos da instituição.
- Envio de material de divulgação de eventos através de *mailing*.

- Atualização e monitoramento diário das redes sociais da instituição (Twitter, Instagram, LinkedIn e Facebook).
- Redação, edição e revisão de artigos e relatórios.
- Assessoria de imprensa.
- Produção de publicações e materiais de comunicação de projetos. A área de comunicação é responsável pela produção de publicações, produtos digitais e audiovisuais a partir dos conteúdos produzidos pelas equipes técnicas. Isso inclui concepção editorial, definição de materiais e mídias a serem utilizadas para divulgação e a contratação de prestadores de serviços (revisores/as, *designers*, fotógrafos/as etc.).

5. Redes, fóruns, coletivos, coalizões e articulações

A atuação em redes e a participação qualificada em diversos movimentos da sociedade civil brasileira é um eixo importante que faz parte das ações políticas do Ibase na busca pela ampliação da democracia e pela garantia dos direitos humanos, contra as desigualdades e a exclusão social diante dos desafios imediatos e de longo prazo.

No Brasil, o Ibase participa das seguintes iniciativas:

[Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais \(Abong\)](#)

Ibase é membro do conselho diretor

Tem como objetivo fortalecer as OSCs brasileiras que trabalham na defesa e na promoção dos direitos e bens comuns. Trabalha em parceria com movimentos sociais e dialoga com governos por um mundo ambientalmente justo, com igualdade de direitos e livre de todas as formas de discriminação.

[Rede Brasileira pela Integração dos Povos \(Rebrip\)](#)

Ibase é membro da coordenação

Acompanha e incide sobre a política externa brasileira desde 2001. Um coletivo integrado por entidades sindicais e associações profissionais, movimentos sociais, camponeses, de mulheres, ambientalistas e ONGs autônomas e pluralistas, que busca influenciar as negociações de comércio internacional e os processos de integração regional. Atua em articulação com redes latino-americanas e globais.

[Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração](#)

Ibase é membro da coordenação

O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração é uma articulação de organizações e movimentos sociais que tem no centro da sua agenda o tema da mineração: sua expansão e ameaça aos direitos sociais e territoriais; os impactos socioambientais em áreas já atingidas por projetos de mineração; a reformulação do seu marco regulatório.

[Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social \(FMCJS\)](#)

Ibase é membro da coordenação estadual

Uma articulação de entidades, pastorais e movimentos sociais que atua em rede para gerar consciência crítica e enfrentamento em relação a tudo que causa o aquecimento da Terra e vai tornando mais perigosas as mudanças climáticas, de modo especial, para povos, comunidades e pessoas que as sociedades capitalistas jogam na marginalização e na miséria. Atua em âmbito nacional e se faz presente nos biomas e territórios por meio das entidades-membro e de outras entidades parceiras, promovendo a convivência com cada bioma e ecossistema com base em práticas que anunciam e construindo sociedades de bem viver.

[Movimento Nacional de Direitos Humanos \(MNDH\)](#)

Ibase é membro da coordenação estadual

O MNDH é um movimento organizado, na sociedade civil, que luta pelos direitos humanos no Brasil diante do cenário de violações sistematizadas de direitos básicos para a realização da dignidade humana, tanto de iniciativa pública como privada, sustentadas na impunidade.

[Plataforma Dhesca Brasil](#)

Ibase é membro da coordenação da iniciativa Memória Popular da Pandemia

É uma rede formada por mais de 44 organizações e articulações da sociedade civil que desenvolve ações de promoção e defesa dos direitos humanos, incidindo em prol da reparação de violações. A Dhesca Brasil atua nacional e internacionalmente para que o Estado brasileiro cumpra as normativas nacionais e internacionais de direitos humanos, fortalecendo instâncias e processos democráticos que contribuam para o acesso ao poder com equidade socioeconômica, de raça/etnia, de gênero, de idade, de origem territorial, de identidade de gênero, de orientação sexual, para pessoas com deficiências, entre outros marcadores de desigualdades.

Processo de Articulação e Diálogo (PAD)

Ibase é membro da coordenação

É uma rede formada por agências ecumênicas europeias e entidades parceiras no Brasil (movimentos sociais, entidades ecumênicas e organizações não governamentais) que tem como objetivo central promover reflexões e ações experimentais relacionadas aos temas das relações de cooperação, do desenvolvimento, dos bens comuns, da desigualdade e dos direitos humanos. A rede tem se firmado como espaço de troca, formação e produção de conhecimento entre as organizações no Brasil e as agências de cooperação ecumênicas.

Rede de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (RMNRJ)

É uma articulação plural, autônoma e independente, resultado do processo ativista de diversos níveis de atuação em perspectivas local e global. A missão inicial foi democratizar o processo de organização do “Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos”. Seu objetivo é o fortalecimento e o empoderamento material e político de mulheres negras na luta contra todas as formas de desigualdade e opressão. Ao longo dos últimos meses, vem desenvolvendo ações coletivas e individuais de solidariedade com mulheres negras atingidas em diversos aspectos pela pandemia.

Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)

É uma articulação de grupos e pessoas atuantes contra o racismo e as injustiças ambientais. É um fórum de discussões, denúncias, mobilizações e articulação política. Os objetivos são a denúncia de racismo e de injustiça ambiental, bem como a proposição de políticas de promoção de justiça ambiental focadas em proteger grupos vulnerabilizados pela distribuição desigual de impactos ambientais.

Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil

É uma iniciativa que tem o objetivo de fortalecer a organização social construindo espaços públicos de resgate da cidadania como plenitude de vida para todos e todas a fim de criar condições de igualdade e liberdade, em vista da consolidação de uma nova cultura centrada nos direitos humanos, além de desenvolver ações de monitoramento da situação dos direitos humanos no Brasil. A coordenação da iniciativa é realizada pelo MNDH, pelo PAD e pelas organizações parceiras de Misereor no Brasil.

Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político

É uma articulação de movimentos, entidades, fóruns e redes que, desde 2004, atua para mudar a forma como o sistema político brasileiro está organizado institucionalmente.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT Agenda 2030)

Atua na difusão, na promoção e no monitoramento da Agenda 2030 e busca divulgar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mobilizar a sociedade civil e incidir politicamente no governo brasileiro e no sistema das Nações Unidas para sua implementação. O GT Agenda 2030 tem cerca de 50 membros de diferentes setores que, juntos, cobrem todas as áreas dos 17 ODS da Agenda 2030. O grupo incide sobre o Estado brasileiro e as organizações multilaterais, principalmente, a Organização das Nações Unidas (ONU).

[Universidade da Cidadania – UC Resiste!](#)

Tem como objetivo promover o diálogo, o intercâmbio e a troca entre o mundo universitário e os movimentos sociais. É um dos propósitos dessa iniciativa criar pontes de diálogo com conhecimentos não acadêmicos e aproximá-los da universidade e, no caminho de mão dupla, aproximar a universidade dos movimentos sociais. A UC Resiste! promove atividades formativas, de pesquisa e extensão, integrando os saberes acadêmicos e populares.

[Fórum Popular do Plano Diretor do Rio de Janeiro](#)

Reúne cerca de 40 entidades da sociedade civil organizada e conselhos profissionais para questionar o processo de revisão do Plano Diretor proposto pela Prefeitura da cidade. O processo de revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro deve ser uma oportunidade para que a sociedade civil reorienta políticas públicas, como ordenamento do uso do solo, habitação, saneamento, mobilidade, cultura, dentre outras. O Plano Diretor precisa ser elaborado por meio de uma efetiva participação social, com representação de movimentos populares, associações de moradores, entidades profissionais, instituições de pesquisa, ONGs e demais atores sociais dos mais variados territórios cariocas.

Em âmbito internacional, o Ibase faz parte de:

[Rede Latino-Americana sobre Indústrias Extrativas \(RLIE\)](#)

Articula um conjunto de organizações da sociedade civil que trabalha para o desenvolvimento sustentável do nosso continente. A partir desse interesse comum, busca garantir o funcionamento de um espaço sistemático de encontro e trabalho compartilhado para a realização de ações que permitam influenciar as políticas públicas relacionadas às indústrias extrativas com base na transparência, na conservação dos recursos e do meio ambiente e no respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos da região.

[Publish What You Pay \(PWYP\)](#)

Ibase faz parte da coordenação

É o único movimento global que trabalha para garantir que as receitas de petróleo, gás e mineração ajudem a melhorar a vida das pessoas. Com mais de mil organizações-membro e 51 coalizões nacionais, são feitas campanhas por um setor extrativo aberto e responsável, compartilhadas mundialmente para que todos(as) se beneficiem dos recursos naturais globais disponíveis – tanto no momento presente como no futuro.

[Gen Wayna](#)

É uma coorte de projetos e ações financiadas pelo [International Development Research Centre \(IDRC\)](#) que atua com jovens que vivem em contexto de violência. Visa a desenvolver o aprendizado sobre a participação política e estratégias de superação das violências vividas por jovens da América Latina.

V . Fontes de financiamento

Parceiro / Financiador	Projetos	Período de duração		Parcerias
International Development Research Centre (IDRC)	Empoderamento legal: direito ao acesso à justiça para a promoção social	dez./2019	dez./2023	Universidade de York, Fórum Comunitário de Jardim Gramacho e Coletivo Brota na Laje
Fundação Ford	Pesquisa aplicada e <i>advocacy</i> para garantir medidas de redistribuição de impostos e <i>royalties</i> de mineração	abr./2021	mar./2023	Rede Latino-Americana sobre as Indústrias Extrativas, Comitê Brasileiro em Defesa dos Territórios frente à Mineração, Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba, Movimento pela Soberania Popular na Mineração, Movimento dos Atingidos por Barragens e organizações sociais locais atuantes nas regiões escolhidas
Furnas	Núcleos de Integração Comunitária	jul./2018	jun./2022	Movimentos sociais e OSCs locais, prefeituras, empresas privadas e Sistema S
Pão para o Mundo	GRE/Abong	jul./2019	dez./2022	Abong, Iser Assessoria
	Estratégia digital	jul./2019	dez./2022	
Instituto Çaré	Análise estatística de dados para a construção de plataforma aberta e gratuita sobre a questão racial no Brasil	dez./2021	fev./2023	Cedra
Galo da Manhã		dez./2021	dez./2022	
Fundação Itaú para a Educação e Cultura		dez./2021	dez./2022	
Instituto Ibitapitanga		dez./2021	dez./2022	
Catholic Agency for Overseas Development (Cafod)	Apoio ao Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração	abr./2021	abr./2023	Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração